

Congresso vai discutir crise com STF

SALÁRIOS DE PARLAMENTARES E FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA E DO SENADO TAMBÉM FORAM CALCULADOS COM BASE NA MÉDIA DO 20



Os presidentes da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), e do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), vão se reunir hoje às 12 horas com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Octávio Gallotti, para analisar a crise política causada pela conversão de salários à URV.

Inocêncio e Lucena pretendem, em princípio, manter o entendimento do STF que garante ganho de 10,9% na conversão dos salários para a URV. As folhas de pagamento dos parlamentares e funcionários do Congresso estavam prontas desde ontem com a média dos salários pagos no dia 20 e não no dia 30, como queria o governo. "Espero que uma questão aritmética não sirva de instrumento para uma crise institucional", declarou à noite Inocêncio Oliveira, após conversar por telefone com o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

No início da noite, o senador Humberto Lucena decidiu suspender a divulgação de nota oficial so-

bre o polêmico cálculo para reajuste do salário para não ampliar a dimensão da crise entre os poderes antes de uma rodada de negociação marcada para hoje. "Estamos dispostos a sentar com o governo e provar que não houve ilegalidade", disse o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira.

As folhas de pagamento de parlamentares e funcionários do Congresso estavam prontas desde ontem com a média dos salários pagos no dia 20

Os diretores da Câmara e do Senado confirmaram que não haviam recebido orientação para refazer os cálculos. Os holerites deverão ser entregues ainda hoje e os salários pagos amanhã. Pela contabilidade do diretor-geral da Câmara, Adhelmar Sabino, os parlamentares e funcionários do Congresso ainda terão perda salarial de 2,4% com a conversão no dia

20. "Se a conversão fosse pelo dia 30, a perda chegaria a 11,7%", calculou Sabino. O diretor-geral do Senado, Manoel Villela, confirmou que usou a mesma interpretação para o cálculo da conversão para a URV. "Não há razão para o Senado voltar atrás". Assim como a Câmara, o Senado faria a conversão pela data do pagamento dos salários e não pelo dia 30, como determinou a MP 434 para os funcionários públicos.

O assessor especial da Presidência Alexandre Dupeyrat Martins acredita que não haverá prejuízo para os cofres públicos porque o governo decidiu sustar a parte do pagamento que considera irregular. "Se a divergência de entendimentos persistir, as pessoas que se sentirem lesadas deverão recorrer à Justiça e aí vamos discutir".

O governo também confia na manutenção do voto à isonomia salarial. Mas, preocupado com a possibilidade de o Senado acompanhar a decisão da Câmara e derubar o veto, o ministro da Indústria e Comércio, Élcio Alvares, passou parte da tarde pelos correiros do Senado.

Arquivo/AE



Inocêncio: "Espero que uma questão aritmética não sirva de instrumento para crise institucional".